



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Processo e-PAD n. 35.670/2021

Tomada de Preços n. 2/2021. Contratação de empresa especializada visando à modernização e assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, com cobertura total de peças, de elevadores dos edifícios do TRT3. Impugnação ao edital. Empresa *Elevadores Atlas Schindler Ltda.* **Parecer Jurídico.**

Senhora Presidente da Comissão de Licitação,

Cuida-se de impugnação ao edital no âmbito da Tomada de Preços n. 2/2021, apresentada em 06/12/2021 pela empresa *Elevadores Atlas Schindler Ltda.*, que pediu esclarecimentos quanto a eventual responsabilização da empresa além do legalmente previsto no Regulamento de Licitações e Contratos.

No caso, a abertura dos envelopes da referida licitação está marcada para o dia 09/12 (quinta-feira), às 09:00hs, razão pela qual a insurgência interposta afigura-se **tempestiva**, nos termos do § 2º do art. 41, da Lei n. 8666/1993 que dispõe que *"decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o **segundo dia útil** que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso"*.

Pois bem.

Para o devido enquadramento da matéria, reproduzimos o teor da impugnação ao Edital:

[...]

Ao alocar as responsabilidades, o instrumento convocatório atribui à Contratada a responsabilidade civil e administrativa decorrentes do fornecimento do objeto contratual:

w) Assumir objetivamente inteira responsabilidade civil e administrativa pelo fornecimento do objeto contratual, correndo por sua conta os ônus inerentes ao serviço prestado, tais como: encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, taxas, licenças, férias e documentos concernentes à contratação, inclusive seguros contra acidentes de trabalho, bem como indenizações e/ou pensões decorrentes de todo e qualquer dano pessoal e material causado, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em decorrência da execução de serviços contratados, providenciando imediata reparação dos prejuízos impostos ao CONTRATANTE ou a terceiros, inclusive, se houver, as despesas com custas judiciais e



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

honorários advocatícios;

Gentileza esclarecer se a responsabilidade civil da contratada estará em consonância ao art. 70 da Lei 8.666/93.

Ora, a contrariedade ao diploma aplicável à vertente hipótese, em última análise, afasta esta Administração da trilha da obtenção da melhor proposta, finalidade ulterior deste e de todos os outros certames licitatórios.

Portanto, requer seja esclarecida a dúvida desta licitante, reformando a referida cláusula da minuta contratual caso esta Administração opte por ir de encontro ao texto legal, excluindo-se assim toda hipótese de responsabilização ilegalmente prevista, a teor dos comandos legais supra invocados.

[...]

Examina-se.

De acordo com o art. 55 da Lei n. 8.666/1993, são cláusulas obrigatórias em todo contrato administrativo aquelas que estabelecem os direitos e as responsabilidades das partes, além das penalidades cabíveis e os valores das multas em função de eventuais inadimplementos no cumprimento dessas obrigações (inc. VII).

Nesse sentido é que foram incluídas as responsabilidades da Contratada na Minuta Contratual que acompanha o Edital da Tomada de Preços n. 2/2021, notadamente a Cláusula Décima Quinta, § 1º, 'w'.

Contudo, o contrato deve ser analisado como um todo, uma vez que cada cláusula compõe apenas um pedaço do inteiro completo, bem assim, suas diretrizes devem ser interpretadas à luz da legislação vigente.

Veja-se que a Lei n. 8.666/1993, em seu art. 69, prevê que o contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em partes, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados para tanto. No mesmo sentido, o art. 70 da mesma legislação determina que o contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo órgão interessado.

Em sequência, o art. 71 determina ser de inteira responsabilidade do contratado as despesas decorrentes dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais de que resultarem a execução do objeto contratual:

Art. 69. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover,



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

Art. 70. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

§ 1º A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

§ 2º A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 31 da Lei n 8.212, de 24 de julho de 1991. (BRASIL, 1993).

Ressalta-se que o citado trecho legal encontra-se replicado quase que por inteiro, salvo acanhada modificação de redação que não altera seu sentido, nos artigos 119, 120 e 121 da Nova Lei de Licitações – Lei n. 14.133/2021.

Portanto, como visto, o art. 69 delimita a responsabilização do contratado pelas propriedades do objeto contratual executado. Trata-se do dever do pactuante de executar de modo íntegro o contrato e, caso contrário, deverá responder pelos vícios no objeto prestado.

Cumprido ao executor do contrato executar um serviço de qualidade para suportar o uso pelo Poder Público, nos moldes da licitação. Caso não o faça, terá que: reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir o objeto do contrato em que se verificarem vícios, respondendo por esses custos.

Conforme a determinação legal, o STJ proferiu julgado no seguinte sentido:

ADMINISTRATIVO. CONSTRUÇÃO DE CONJUNTO HABITACIONAL POPULAR. INFILTRAÇÃO NOS IMÓVEIS. PERÍCIA QUE COMPROVA A RESPONSABILIDADE DA RECORRENTE PELOS VÍCIOS DA OBRA. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC. [...] 1. Cuida-se de inconformismo contra acórdão do Tribunal de origem, que condenou o recorrente no refazimento das obras que apresentam infiltração, no prazo que lhe for assinado em fase de cumprimento de sentença, sob pena de multa diária. Insta registrar que, na origem, trata-se de ação promovida pela COHAB, ora



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

recorrida, para que a recorrente viesse a refazer itens construtivos imperfeitos que causaram infiltração nas paredes das unidades habitacionais, objeto de contrato entre as partes para construção civil de blocos de apartamentos populares. [...] 5. Recurso Especial de que não se conhece. (BRASIL. STJ. REsp: 1.690.520/SP, Relator: Ministro Herman Benjamin, Data de Julgamento: 05/10/2017, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe 16/10/2017)

Já o art. 70 supracitado, estabelece a responsabilidade do contratado pelos danos decorrentes da respectiva execução do contrato. Vale dizer, dos danos específicos ocorridos no bojo da execução do objeto contratual. É notório, no âmbito do Direito Administrativo, que o particular responde civilmente pelos danos que acarretar à Administração ou a terceiros.

Segundo Marçal Justen (2015, p. 938), “a responsabilidade civil do particular perante a Administração sujeita-se aos princípios de direito privado”.

Desta feita, se a conduta do Contratado produziu dano à Administração e/ou a terceiros, seja por dolo ou culpa de seus agentes, surge o dever de indenizar. E mais, não há a possibilidade de reduzir a responsabilidade do dano causado à fiscalização ou ao acompanhamento do órgão interessado nos casos em que há culpa ou dolo.

Por fim, o art. 71 ressalva expressamente a inexistência de responsabilidade da Administração Pública por encargos e dívidas pessoais do contratado. A Administração Pública não se transforma em devedora automática perante os credores do contratado, mesmo quando as dívidas se originarem de operação necessária à execução do contrato.

Sob este enfoque é que a Minuta Contratual em análise foi elaborada, reproduzindo as diretrizes legais. Vejamos o contexto geral das cláusulas previstas:

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A CONTRATADA se obriga a zelar pela qualidade dos serviços executados, mantendo durante todo o período do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação. Se, no decorrer da vigência do contrato, comprovar-se a má qualidade dos serviços prestados obriga-se a CONTRATADA a substituí-los ou refazê-los, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA se obriga ainda a:

a) Executar os serviços mediante profissionais devidamente habilitados e exclusivamente com vínculo formal com a CONTRATADA, com garantia de todos os direitos trabalhistas e previdenciários aplicáveis;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

- b) Prover os profissionais de uniforme e crachás de identificação com foto, devendo no uniforme estar estampada a logomarca da CONTRATADA;
- c) Fornecer aos profissionais equipamentos de proteção individual, necessários e suficientes para a execução segura dos serviços e em conformidade com normativos técnicos e legais aplicáveis à segurança do trabalho;
- d) Prover os profissionais de todo o material necessário e suficiente para a correta execução dos serviços de instalação e assistência técnica, sem ônus adicional ao CONTRATANTE;
- e) Assumir inteira responsabilidade por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus funcionários e/ou subcontratados, relacionados à prestação dos serviços. Manter o local da obra permanentemente sinalizado, com indicativo de obra, de forma a alertar servidores e usuários dos imóveis;
- f) Diligenciar para que seus funcionários tratem com urbanidade os servidores, magistrados e visitantes do CONTRATANTE;
- g) Reparar prontamente avarias ou danos eventualmente causados por seus funcionários aos bens do CONTRATANTE ou de terceiros;
- h) Aplicar com celeridade medidas cabíveis em caso de faltas disciplinares que seus funcionários ou subcontratados venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo o CONTRATANTE exigir a retirada daqueles cuja condutas sejam julgadas inconvenientes;
- i) Instalar equipamentos e componentes novos e, quando aplicável, compatíveis com itens aproveitáveis, sendo vedada a utilização de reconicionados;
- j) Especificar e instalar equipamentos e componentes cuja reposição seja disponível no mercado nacional;
- k) Manter, durante os serviços de manutenção e de assistência técnica, a porta da casa de máquinas trancada na ausência de profissional em seu interior ou em períodos diversos da execução de quaisquer serviços;
- l) Manter em seu estoque materiais de reposição e consumo regular no serviço de assistência técnica, tais como: fusíveis, lâmpadas, escovas, terminais, correias, estopas, solventes, graxas, óleos lubrificantes, lixas, pincéis, produtos de limpeza e congêneres;
- m) Manter, durante o programa de assistência técnica, o poço, a caixa de corrida e a casa de máquina limpos e livres de objetos e materiais estranhos a sua finalidade;
- n) Manter na casa de máquinas, em local acessível, diagramas elétricos e lógicos dos elevadores;
- o) Notificar imediatamente à fiscalização ocorrências de descumprimento de normas de utilização e segurança por parte de usuários, bem como, de vandalismo, uso inadequado ou infiltração de



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

água que possam resultar em dano a quaisquer dos sistemas que compõem os elevadores;

p) Notificar imediatamente à fiscalização fatos supervenientes à formalização contratual, ou alheios a esta, que afetem ou possam afetar a regular entrega das parcelas do objeto contratado ou o cumprimento de quaisquer das demais obrigações assumidas;

q) Prestar, durante a vigência do contrato, nos prazos solicitados, os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização, e respostas a notificações;

r) Assumir a responsabilidade que lhe for cabível pelo recolhimento de encargos fiscais, taxas comerciais, tributos e contribuições que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto contratado;

s) Cumprir, na execução do contrato, o disposto em legislação federal, estadual e municipal (notadamente na Lei n. 7.647/1999 do Município de Belo Horizonte e suas alterações), aplicável ao objeto da presente licitação, bem como atender rigorosamente às normas técnicas e de segurança atinentes;

t) Fornecer números telefônicos (inclusive celulares) e endereços eletrônicos do preposto responsável pela manutenção e modernização dos equipamentos, para contato do CONTRATANTE, ainda que fora do horário normal de expediente, sem que isso gere qualquer custo adicional;

u) Providenciar junto ao CREA a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART dos serviços, em até 20 (vinte) dias corridos após o início dos trabalhos, apresentando para a fiscalização a respectiva via e arcando com todas as despesas referentes a taxas, impostos, emolumentos e demais gastos que se fizerem necessárias ao correto desenvolvimento dos trabalhos, não cabendo o repasse destes valores ao CONTRATANTE;

v) Apresentar ao CONTRATANTE, sempre que exigido, a respectiva Carteira Profissional e demais documentos relativos aos empregados alocados no contrato.

w) Assumir objetivamente inteira responsabilidade civil e administrativa pelo fornecimento do objeto contratual, correndo por sua conta os ônus inerentes ao serviço prestado, tais como: encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, taxas, licenças, férias e documentos concernentes à contratação, inclusive seguros contra acidentes de trabalho, bem como indenizações e/ou pensões decorrentes de todo e qualquer dano pessoal e material causado, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em decorrência da execução de serviços contratados, providenciando imediata reparação dos prejuízos impostos ao CONTRATANTE ou a terceiros, inclusive, se houver, as despesas com custas judiciais e honorários advocatícios;

x) Comunicar oficialmente ao CONTRATANTE eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando justificativas para análise e



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

deliberação da fiscalização, com vistas à aplicação de penalidades;

y) Corrigir, total ou parcialmente, às suas expensas, o serviço prestado com vício, defeito ou incorreção, seja decorrente de execução irregular ou do emprego de peças ou materiais inadequados;

z) Manter atualizado seu cadastro de contato com endereço, telefone e endereço eletrônico, durante toda a vigência do acordo administrativo.

(grifamos)

Mais adiante, a Minuta Contratual deixa claro que no caso de descumprimento das cláusulas contratuais poderão ser aplicadas penalidades, garantida a ampla defesa e o contraditório (Cláusula Décima Sétima – das Penalidades).

Ressaltando, no Parágrafo Quarto da referida Cláusula, que “*nos termos da Lei 12.846/13, a CONTRATADA estará sujeita à responsabilização objetiva administrativa e civil pela prática de atos lesivos previstos na referida Lei contra a administração pública, nacional e estrangeira, praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.*” (grifamos)

Ainda de se notar que a Cláusula Décima Terceira, que cuida da Garantia à Execução assevera que “*a garantia prestada, qualquer que seja a modalidade escolhida, responderá pelo pagamento de prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA e obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.*” (grifamos)

Desta feita, resta claro que não há responsabilização do Contratado além do legalmente previsto no Regulamento de Licitações e Contratos, como assevera o Impugnante.

A cláusula em conteste apresenta a junção dos citados artigos 69, 70 e 71 da Lei n. 8.666/1993 e deve ser interpretada desta maneira. Assim como parte de todo o contexto contratual.

Ou seja, ao Contratado cabe a responsabilidade dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, taxas, licenças, férias e documentos concernentes à contratação, inclusive seguros contra acidentes de trabalho. E também lhe incube as indenizações e/ou pensões decorrentes de todo e qualquer dano pessoal e material causado, voluntária ou involuntariamente (de forma dolosa ou culposa) por seus prepostos durante e/ou em decorrência da execução de serviços contratados, providenciando imediata reparação dos prejuízos impostos ao contratante ou a terceiros, após



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

processo administrativo que lhe garanta contraditório e amplo defesa.

Nestes termos, entendendo que o esclarecimento é suficiente para sanar a dúvida apresentada pelo Impugnante, não há a necessidade de alteração do instrumento convocatório, no aspecto.

Destarte, encaminho-lhe o feito para as providências cabíveis no caso.

Belo Horizonte, 7 de dezembro de 2021.

Cristiano Barros Reis
Assessor Jurídico de Licitações e Contratos
Portaria TRT/GP n. 8/2020